

Palmares & Cucaú



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Vahan Agopyan
Vice-reitor Antonio Carlos Hernandez



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Carlos Roberto Ferreira Brandão

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente Rubens Ricupero
Vice-presidente Valeria De Marco
Carlos Alberto Ferreira Martins
Clodoaldo Grotta Ragazzo
Maria Angela Faggin Pereira Leite
Ricardo Pinto da Rocha
Tânia Tomé Martins de Castro
Suplentes Marta Maria Gerales Teixeira
Primavera Borelli Garcia
Sandra Reimão

Editora-assistente Carla Fernanda Fontana
Chefe Div. Editorial Cristiane Silvestrin

Palmares & Cucaú

O Aprendizado da Dominação

SILVIA HUNOLD LARA



Copyright © 2021 by Silvia Hunold Lara

Esta publicação conta com o apoio da Fapesp (processo n. 2020/07030-6).

As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste livro são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da Fapesp.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lara, Silvia Hunold

Palmares & Cucaú: O Aprendizado da Dominação / Silvia Hunold Lara. – 1. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

Bibliografia

ISBN 978-65-5785-041-1

1. Escravidão – Brasil – História. 2. História do Brasil. 3. Palmares (PE) – Relações raciais. 1. Título.

21-69544

CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

1. Escravidão: Brasil: História 981

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária
05508-050 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2021

Foi feito o depósito legal

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. [...] O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

WALTER BENJAMIN, *Sobre o Conceito de História* (Tese VI)

Sumário

Abertura	9
CAPÍTULO I Ajustes	29
1. Lá e Cá.	31
2. A Voz da Experiência	54
3. Homens de Palavra	69
4. Com Fé, Lei e Rei	85
CAPÍTULO II Diálogos	101
1. Pelas Américas.	104
2. África no Brasil	117
3. Além da Cultura	140
4. Sob o Domínio Colonial.	152
CAPÍTULO III Conjunções	161
1. Os Negros do Palmar	164
2. Escravos para Pernambuco	185
3. Guerras em Angola	199
4. <i>Sobas</i> , Vassalos e Escravos	216
CAPÍTULO IV Alternativas	231
1. A Aldeia de Cucaú	233
2. Problemas	249
3. Debates em Lisboa.	267
4. Tempos de Guerra.	279

CAPÍTULO V Subordinação?	299
1. Contra o Barriga	301
2. Contendas	325
3. Prisioneiros	345
4. Quilombos	354
Lições	371
Notas Explicativas.	383
1. Sobre a Documentação	383
2. Sobre a “Relação” de 1678	386
3. Sobre a Grafia de Nomes Próprios	392
4. Sobre os Mapas dos Palmares	398
Anexo Documental.	409
Agradecimentos	415
Abreviaturas Utilizadas.	417
Fontes e Bibliografia	419

Abertura

Em Portugal, no Arquivo da Universidade de Coimbra, há um volumoso códice com uma bela capa de couro; na lombada, em letras douradas, está escrito: *Disposições dos Governadores de Pernambuco, 1648-1696*. Ele faz parte da coleção chamada Conde dos Arcos. Dom Marcos José de Noronha e Brito, o sexto a usar o título, quando foi governador de Pernambuco entre 1746 e 1749, mandou copiar os papéis existentes na secretaria do governo. O resultado do trabalho ficou com a família, sendo vendido e transferido para aquele acervo em 1971¹. O volume reproduz os registros das provisões, cartas, ordens e outros documentos enviados pelos governadores da capitania a diversas autoridades durante quase cinquenta anos². São essas as tais “disposições”, que estão organizadas por titular do governo, de Francisco Barreto (1654-1657) a Caetano de Melo de Castro (1693-1699).

Um belo códice, sem dúvida. A letra do copista é clara e de fácil leitura, embora haja páginas um pouco manchadas. O volume é raro, pois contém textos que se julgavam perdidos, que completam a documentação sobre o século xvii pernambucano, em especial a correspondência que seguiu para Lisboa ou que lá foi produzida sobre Pernambuco, guardada pelo Arquivo Histórico Ultramarino. Com as cópias da coleção Conde dos Arcos podemos ler as ordens expedidas “para dentro” da capitania ou as cartas e os avisos enviados para o governo do Estado do Brasil, sediado na Bahia³.

1. Para uma avaliação de toda a coleção, ver o “Guia do Arquivo da Universidade”, 1973, p. 159 ou AUC, “Condes dos Arcos”.

2. Sobre a secretaria da capitania de Pernambuco, ver Josemar Henrique de Melo, *A Ideia de Arquivo*, 2006.

3. Para um panorama da documentação produzida pelas diversas instâncias da administração colonial,

No verso da folha 334 desse códice está a cópia de um comunicado enviado pelo governador Aires de Sousa de Castro a Gana Zumba (*Ganazumbá*)⁴. Datado de 22 de junho de 1678, o documento não parece destoar de todos os outros, mas certamente chama a atenção por seu destinatário que, como se sabe, foi um dos líderes dos Palmares – o maior, mais extenso e duradouro assentamento de fugitivos da história da escravidão no Brasil. O texto não é exatamente uma carta, nem uma provisão ou um aviso, pois não segue as regras formais desses tipos documentais. Também não foi escrito para simplesmente se comunicar com alguém, determinar alguma providência ou chamar a atenção sobre um procedimento administrativo. Foi redigido para avisar Gana Zumba que Aires de Sousa de Castro, em nome do príncipe de Portugal, lhe remetia “o bem da liberdade e [o] perdão” por ter vivido “há tantos anos fora da [sua] obediência”. A concessão é justificada pelo fato de o governador e os “filhos e família” do destinatário terem acertado que “todos os negros [dos] Palmares e os mais potentados deles” iriam, em paz, se instalar na aldeia de Cucaú. É, assim, um registro das negociações realizadas e, ao mesmo tempo, um termo do compromisso assumido pelas partes.

Trata-se, sem dúvida, de um texto oficial do governo da capitania de Pernambuco. Como tantos outros documentos copiados naquele códice, o governador dirige-se ao destinatário com deferência e emprega a fórmula usual nas comunicações entre autoridades. O tom geral, contudo, não é nada ameno e as frases são um pouco confusas para o leitor moderno. Apesar de louvar a “luz” que levou Gana Zumba a enviar seus filhos para se colocarem aos pés do governador, a pedir perdão por terem vivido tantos anos em “desobediência”, o primeiro gesto de Aires de Sousa de Castro é ameaçar o destinatário com uma guerra sem quartel se o combinado não for cumprido no “tempo assinado”. Para ele, não havia a “menor dúvida” sobre o que havia sido concedido: o governador devolvia a mulher e os filhos de Gana Zumba que haviam sido presos; alforriava Amaro e João Mulato, assim como todos os nascidos nos Palmares; e concedia a região de Cucaú para que todos pudessem ali fazer suas aldeias, plantar suas lavouras e ter “os mesmos lucros” que os demais vassalos

sua nomenclatura e indicação das instituições em que estão depositadas, ver “Notas Explicativas”, item 1, pp. 383–386.

4. Para mais informações sobre os nomes de pessoas e lugares, especialmente no caso dos Palmares, ver “Notas Explicativas”, item 3, pp. 392–398.

de Portugal. Em troca, Gana Zumba devia comprometer-se a viver em paz e obediência e a entregar todos “os negros” que haviam fugido para os mocambos. Para explicar as “conveniências e a firmeza de todo esse papel” o governador remetia dois soldados honrados e experientes, que falavam a língua dos Palmares, e terminava com a promessa de enviar padres para que pudessem aprender a doutrina cristã, e a viver e morrer segundo a “fé de Cristo”.

Essa não foi a única comunicação entre Aires de Sousa de Castro e Gana Zumba: há ainda duas outras cartas, datadas de 24 de julho e 12 de novembro do mesmo ano, que vão copiadas mais adiante naquele códice. E mais outra, de 12 de novembro, dirigida a Gana Zona, irmão de Gana Zumba. Elas seguem as regras que caracterizam composições desse tipo: saúdam os destinatários como amigos, mencionam a troca de cartas e presentes e tratam de assuntos específicos. Isso não significa que em tão breve tempo laços de amizade, como entendemos hoje esse sentimento, tenham se desenvolvido entre aqueles homens – e sim que estamos diante de textos que seguem os rituais da escrita administrativa e do diálogo entre autoridades com crédito e poder equivalentes⁵.

A leitura desses documentos suscita, de imediato, muitas perguntas. Como explicar que o governador de uma das mais importantes capitanias do Estado do Brasil no século xvii se corresponda com chefes de mocambos formados por fugitivos? Em que condições aqueles textos foram escritos? O que significam as palavras e expressões que empregam? Que novidades trazem para a história dos Palmares e da aldeia de Cucaú? Por que essa documentação permaneceu até hoje coberta pelo silêncio?

As respostas não são simples.

Embora a coleção já esteja acessível aos pesquisadores há quase cinco décadas, só muito recentemente tem despertado o interesse dos historiadores⁶. Há, contudo, uma “cópia” do acordo que foi remetida a Portugal, com uma carta do governador de Pernambuco, também escrita em 22 junho de 1678. Ela

5. Os mais ávidos por novidades podem ir diretamente ao *Anexo Documental* (pp. 409-414) e ler a íntegra desses textos. Talvez seja melhor, no entanto, ter um pouco de paciência para saber o motivo de merecerem tanto destaque.

6. Apesar de referenciada no “Guia do Arquivo da Universidade” desde 1973, a coleção permaneceu pouco conhecida. Eu a “descobri” em 2008, por meio de uma nota no livro de Evaldo Cabral de Mello, *A Fronda dos Mazombos*, 1995, p. 14, na qual o autor indica ter sido José Antônio Gonsalves de Mello a revelar “a existência de tão importante coleção, que ele foi o primeiro a consultar, pouco depois da sua aquisição pela Universidade de Coimbra nos anos 1970”.

está assinada por Aires de Sousa de Castro e contém algumas linhas a mais do que a cópia de Coimbra, mencionando o batismo dos filhos de Gana Zumba e o prazo de trinta dias para uma resposta e outros trinta para o acordo ser colocado em prática.

Integrando o acervo do Conselho Ultramarino relativo ao Brasil, que ficou durante muito tempo guardado na Seção Ultramarina da Biblioteca Nacional de Portugal, está há décadas depositado no Arquivo Histórico Ultramarino⁷. Esse conjunto documental, ao contrário do que se encontra em Coimbra, é bastante conhecido e vem sendo consultado sistematicamente desde meados do século XIX. Há alguns anos, está até disponível na internet⁸. Assim, se as cartas podem ser mais difíceis de acessar, o mesmo não se pode dizer do texto do acordo feito em 1678.

Esse desinteresse tem uma história. Depois da criação dos institutos históricos, os historiadores passaram a investir na busca de fontes inéditas em arquivos brasileiros e portugueses, a fim de construir a história nacional. Os primeiros documentos sobre Palmares foram publicados nas revistas dessas instituições ainda no século XIX e no início do XX⁹ e, depois, em anexos de obras dedicadas a sua história¹⁰. Por três vezes (em 1938, 2004 e 2010) foram editadas coletâneas que reúnem textos recolhidos em diversos arquivos ou reproduzem transcrições já publicadas¹¹. Apesar dessas iniciativas, o tal “papel” nunca foi incluído em qualquer dessas edições. Nos livros que tratam da

7. Cópia do papel que levaram os negros dos Palmares, *Anexo Documental*, doc. 1, pp. 410-412.

8. Os documentos relativos ao Brasil foram digitalizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco e estão disponíveis na página da Biblioteca Nacional do Brasil: <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate&pagfis>. Informações sobre o Projeto podem ser obtidas em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco/>

9. O primeiro documento sobre Palmares a ser publicado foi a “Relação das Guerras Feitas aos Palmares de Pernambuco no Tempo do Governador Dom Pedro de Almeida de 1675 a 1678 (M. S. Offerecido pelo Exm. Sr. Conselheiro Drummond)”, 1859. Em seguida apareceram, entre outros: “Guerras dos Palmares. Documentos Relativos aos Sucessos de 1668 a 1680”, 1875; “Condições Ajustadas com o Governador dos Paulistas Domingos Jorge Velho em 14 de Agosto de 1693 para Conquistar e Destruir os Negros de Palmares”, 1884; “Diário de Viagem do Capitão João Blaer aos Palmares em 1645”, 1902.

10. É o caso de Edison Carneiro, *O Quilombo dos Palmares, 1630-1695*, 1947, pp. 187-246.

11. Ernesto Ennes, *Os Palmares, 1937 e As Guerras nos Palmares*, 1938; Décio Freitas, *República de Palmares*, 2004; Flávio Gomes (org.), *Mocambos de Palmares*, 2010. Para uma avaliação das fontes mais usadas pelos estudiosos de Palmares, ver Gérard Police, *Quilombos dos Palmares*, 2003, pp. 33-36 e Wim Hoogbergen, “Palmares: A Critical View on its Sources”, 2001.

história dos Palmares, até hoje, esse documento também não recebeu atenção suficiente. O único a fazer menção direta a ele foi Ivan Alves Filho, que citou algumas de suas frases, sem, entretanto, lhe dedicar mais que um parágrafo¹². A falta de interesse também pode ser rapidamente explicada.

Desde o século XVIII, Palmares foi incorporado à história da América portuguesa – ou do Brasil – como um episódio carregado de sentidos. Na *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita, a destruição dos Palmares aparece com um dos feitos importantes do governo de Caetano de Melo de Castro, uma vitória gloriosa, conseguida “com valor” e “com fortuna”¹³. O modo como esse autor descreveu os mocambos e a ênfase dada à batalha final contra tão poderosos inimigos marcou toda a historiografia posterior, fornecendo-lhe uma chave interpretativa. A comparação com as guerras servis na Roma antiga e a versão do suicídio de Zumbi, presentes em sua obra, ecoam em outras, no século XVIII e XIX, como nas de Domingos do Loreto Couto, Robert Southey e Ferdinand Denis¹⁴.

Ao longo do século XIX, os membros dos institutos históricos de Pernambuco e Alagoas abordaram Palmares como um evento importante da história daquelas províncias, enaltecendo a atuação das tropas e dos comandantes locais¹⁵. Logo os paulistas contra-atacaram, para valorizar o feito dos bandeiran-

12. Ivan Alves Filho, *Memorial dos Palmares*, 2008 [1988], p. 102. Flávio dos Santos Gomes, *Palmares*, 2005, p. 131 resume as condições do acordo de paz, mas elas não correspondem exatamente ao que vai registrado no papel escrito em 1678.

13. Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, 1730, pp. 471-486. Rocha Pita chega a insinuar que o “fim tão útil como glorioso [que] teve a guerra [...] aos negros dos Palmares” foi um dos elementos levados em conta para que o governador de Pernambuco obtivesse posteriormente o “superior lugar de vice-rei da Índia” (p. 486). A mesma referência é feita por Domingos do Loreto Couto, que teve Rocha Pita como fonte. “Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco”, 1903 [1757], p. 194.

14. Ver, por exemplo, Domingos do Loreto Couto, *op. cit.*, pp. 187-194; Robert Southey, *History of Brazil*, 1810, vol. 1, pp. 495-496 e vol. 3, pp. 23-29; Hippolyte Taunay e Ferdinand Denis, *Le Brésil*, 1822, vol. 5, pp. 67-75 (Para uma versão mais elaborada, com referências a Rocha Pita, ver Ferdinand Denis, *Brésil*, 1837, pp. 248-251.) Um balanço da abordagem oitocentista da escravidão e de movimentos protagonizados por negros ou escravos, incluindo Palmares, pode ser lido em Clóvis Moura, *As Injustiças de Clio*, 1990, especialmente pp. 61-181. Ver também Jean Marcel Carvalho França e Ricardo Alexandre Ferreira, *Três Vezes Zumbi*, 2012, pp. 58-83, que inclui o tratamento dado a Palmares em algumas obras didáticas do século XIX.

15. Talvez por ter presidido a província de Alagoas entre 1836 e 1838, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao discutir a importância da coleta de fontes para elaboração

tes na destruição dos mocambos¹⁶. Varnhagen, por exemplo, privilegiou as realizações de Domingos Jorge Velho, enquanto o Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano creditou a vitória a Bernardo Vieira de Melo, considerado um herói da história nordestina por sua atuação na chamada Guerra dos Mascates¹⁷. O debate se prolongou pelo século xx, especialmente com a obra de Affonso de Taunay, que fez pender a balança para os feitos dos paulistas¹⁸. Os mocambos podiam ser vistos com certa simpatia, apesar de seus “barbarismos”, mas o sentido geral dessas narrativas era enaltecer as personalidades locais que haviam eliminado um incômodo obstáculo à colonização, à ordem pública ou ainda ao desenvolvimento do país. Essas são obras que privilegiam mais os destruidores dos Palmares do que seus habitantes – e talvez isso possa explicar uma parte da falta de interesse pelo acordo entre Gana Zumba e o governo de Pernambuco e pelo documento que o registrou.

Havia, paralelamente a essa produção historiográfica, uma valorização dos Palmares como símbolo da liberdade; nesse caso, o destaque cabia à resistência dos mocambos e não a seus destruidores. A literatura abolicionista, por exemplo, deu a Palmares e ao episódio do suicídio de Zumbi um peso decisivo, tomando-os como exemplo de redenção, sacrifício e insubmissão. Joaquim Nabuco, em manuscrito de 1870, apesar de considerar Palmares “uma das lendas pernambucanas”, ou “um fato isolado na nossa história”, salientou a bravura

da história do Brasil, mencionou explicitamente a necessidade de esclarecer as divergências entre Gaspar Barléu, Brito Freire e Rocha Pita a respeito da “famosa história da povoação” dos Palmares. Ver desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, “Quaes os Meios de que se Deve Lançar Mão para Obter o Maior Número Possível de Documentos Relativos à História e Geographia no Brasil?”, 1841.

16. Um dos primeiros a enaltecer os bandeirantes pela destruição de Palmares foi Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 1962 [1854], vol. 3, pp. 258-259. Para uma análise pormenorizada da produção publicada pelos institutos históricos sobre Palmares, ver Andressa Mercê Barbosa dos Reis, *Zumbi*, 2004, pp. 44-67 e 73-82.
17. O debate entre Varnhagen e o Instituto de Alagoas, ao longo do século xix, foi analisado por Andressa M. B. Reis, *op. cit.*, pp. 48-50.
18. Taunay considerava que a vitória bandeirante havia eliminado “o grande quisto de escravos rebeldes e fugidos”, que era, ao mesmo tempo, o “baluarte da libertação de uma raça cuja sujeição decorria todo o sistema econômico do Brasil”. Ernesto Ennes, que o seguiu de perto, considerava a destruição dos mocambos uma “miniatura” do processo de ocupação metódica e colonização sistemática das vastas florestas e do extenso território empreendido pelos portugueses nas Américas. Affonso d’Escragnole Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, 1936, vol. 7, p. 136 e Ernesto Ennes, “The Palmares ‘Republic’ of Pernambuco its Final Destruction, 1697”, 1948.

da “única tentativa dos negros entre nós para se emanciparem”¹⁹. Castro Alves, em agosto de 1870, escreveu um poema apaixonado, saudando aquele “ninho d’águias atrevido” que, numa “região de valentes”, soltou “a flâmula agitada [...] nas ondas da escravidão”²⁰.

Ao longo do século xx, Palmares foi predominantemente caracterizado como uma das maiores “epopeias da raça negra”, como a chamou Nina Rodrigues²¹. Em grande parte, essa avaliação acompanhou o movimento mais amplo em prol do reconhecimento das contribuições africanas e negras para a história do Brasil, que tendeu ora a enfatizar as características africanas dos Palmares, ora as lutas empreendidas pelo negro brasileiro²². Palmares foi então se tornando um evento de significado nacional, associando-se a outros grandes feitos da história pátria.

No final dos anos 1920, Jayme de Altavilla considerava que Palmares, “uma federação de estados livres dentro do Estado”, havia sido “o primeiro grito de república no Brasil [...] o vaticínio de 13 de maio de 1888 e de 15 de novembro de 1889”²³. No Primeiro Congresso Afro-brasileiro, reunido no Recife em 1934, Alfredo Brandão proclamou ser Palmares “o mais alto feito de heroísmo da raça africana [...] o primeiro protesto do bárbaro sofredor [...] o primeiro grito de independência do Brasil”²⁴, enquanto Mário Mello defendeu ser preciso “relembrar a epopeia desses negros que lutaram contra

19. Joaquim Nabuco, *A Escravidão*, 1988 [1870], pp. 106-109.

20. O poema “Saudação a Palmares” não chegou a ser publicado antes da morte de Castro Alves, mas foi posteriormente incluído na 3. edição de *Espumas Flutuantes*, publicada em 1878 e, mais adiante, na coletânea *Os Escravos*, de 1884. Ver, a respeito, Dale T. Graden, “História e Motivo em ‘Saudação a Palmares’ de Antônio Frederico de Castro Alves (1870)”, 1993.

21. Nina Rodrigues, “A Troia Negra. Erros e Lacunas da História dos Palmares”, 1904, p. 645. (Com algumas modificações, o texto foi incluído no livro póstumo *Os Africanos no Brasil*, com o título “As Sublevações de Negros no Brasil Anteriores ao Século xix. Palmares”, 1932, p. 115.) Oliveira Martins, foi o primeiro a chamar Palmares de “Troia negra”, afirmando ser “a sua história uma Ilíada”. Oliveira Martins, *O Brasil e as Colônias Portuguesas*, 1953 [1880], 1953, p. 63. A caracterização da história de Palmares como uma epopeia foi replicada muitas vezes, como no caso de Pedro Calmon, *História do Brasil*, 1941, vol. 2, p. 412, nota 3.

22. Ver Arthur Ramos, *A Aculturação Negra no Brasil*, 1942, pp. 137-140.

23. Jayme de Altavilla, “A Redenção dos Palmares”, 1926, pp. 62-63. Nesse artigo, Altavilla conclama à retirada das pedras das “últimas trincheiras” de Palmares, que visitou em 1921, para com elas fazer um monumento “em qualquer logradouro de nossa linda terra”, em homenagem à “epopeia rubra que remontou os séculos e ficará perpetuamente na história da formação do Brasil” (pp. 65-66).

24. Alfredo Brandão, “Os Negros na História de Alagoas”, 1935, p. 60.

a escravidão durante mais de três quartos de séculos”²⁵. Tais avaliações combinavam com manifestações de associações e jornais que militavam em defesa da “causa negra”²⁶.

Depois da publicação da obra de Edison Carneiro, em 1946, no México, e em 1947, no Brasil, essa vertente se tornou hegemônica. Palmares passou a ser, ao mesmo tempo, “um Estado negro à semelhança dos muitos que existiram na África, no século xvii” e um exemplo da “reação do homem negro contra a escravidão”²⁷. Durante muito tempo, o texto de Carneiro constituiu a principal referência para os que queriam conhecer a história dos Palmares, no Brasil e no exterior²⁸. Tanto para os que concordavam com suas posições, como até mesmo para aqueles que se afastavam delas, como Mário Martins de Freitas²⁹.

A senda libertária e militante consolidada por Carneiro foi fortalecida nos anos 1950, mas a ênfase nos aspectos culturais ou étnicos foi perdendo importância diante dos significados políticos que a história dos mocambos adquiriu. Palmares se tornou um símbolo da reação dos cativos à escravidão, destacado por sua resistência e pela tenacidade de suas lideranças, em obras como as de Clóvis Moura e Benjamin Péret³⁰. Nos anos 1960, com Luiz Luna e Alípio Goulart, Palmares continuou a fazer parte do quadro maior das lutas contra a escravidão, “um fenômeno social e econômico dos mais relevantes da vida nacional”³¹. Narrar a história da resistência negra, bem como glorificar seus protagonistas tornara-se um ato político, de reconhecimento e solidariedade para com aqueles que haviam contribuído “com trabalho, suor e sangue para ajudar a formar um povo livre e uma nação respeitada como fatalmente terá de ser o Brasil”³².

25. Mario Mello, “A República dos Palmares”, 1935, p. 185.

26. Ver, por exemplo, A. Duarte de Barros, “A República dos Palmares”, 1924.

27. Edison Carneiro, *Guerras de los Palmares*, 1946 e *O Quilombo dos Palmares, 1630-1695*, 1947. As expressões citadas encontram-se no artigo “Singularidades dos Quilombos”, 1953 (reproduzido na 2. edição revista: *O Quilombo dos Palmares, 1630-1695*, 1958, pp. 13-25).

28. Ver, por exemplo, Irene Diggs, “Zumbi and the Republic of Palmares”, 1953. O artigo é praticamente um resumo da obra de Carneiro, fato explicitamente reconhecido pela autora (p. 64).

29. Mário Martins de Freitas, *Reino Negro de Palmares*, 1954.

30. Clóvis Moura, “O Quilombo dos Palmares”, 1959 e Benjamin Péret, “Que foi o Quilombo de Palmares?”, 2002 [1956].

31. Luiz Luna, “República dos Palmares”, 1976 [1968], e José Alípio Goulart, “Quilombo em Alagoas”, 1972, pp. 223-228.

32. Luiz Luna, *op. cit.*, p. 31.

O livro de Décio Freitas, publicado em 1971 no Uruguai e em 1973 no Brasil, revisto e ampliado várias vezes até sua quinta edição em 1984, é o ponto culminante dessa forma de abordar a história dos Palmares³³. Escrito com o objetivo de reparar os erros do “revisionismo histórico” que havia ignorado a resistência escrava, o autor descreve o ímpeto de uma luta ocorrida no passado que podia servir de exemplo para militantes e revolucionários do presente. Na esteira de Carneiro e Péret, Freitas alarga e aprofunda o caráter épico da história dos Palmares, entendido como “a manifestação mais eloquente do discurso antiescravista dos negros brasileiros nos quase três séculos da escravidão”³⁴. O estudo de Ivan Alves Filho dá continuidade a essa corrente: nele Palmares (“nossa primeira luta de classes”) aparece como “uma alternativa à sociedade oficial”, uma primeira tentativa de romper com a ordem colonial, por meio da qual os escravos conseguiram construir “um mundo fraternal e livre”, que marca o início da luta pela Abolição³⁵. Os dois livros mais recentes sobre a história de Palmares, de Flávio Gomes e Rômulo Nascimento, são tributários dessa tradição historiográfica, alargando-a para enfatizar as características atlânticas da resistência escrava ou a revolta dos cativos contra o poder colonial³⁶.

Assim, nesse conjunto de obras, em que predomina o tom épico ou nas quais se enaltece a saga da liberdade vivida por aqueles que resistiram à escravidão, o episódio das negociações entre Gana Zumba e o governo de Pernambuco acabou recebendo pouca atenção. Nas mais antigas ou militantes, é um evento menor, cuja presença na narrativa serve para explicar e justificar a importância da liderança de Zumbi. Nas mais recentes, o evento continua a ser mais descrito que analisado, sem despertar maior interesse. Talvez essa falta de curiosidade também tenha contribuído para que o texto do acordo de paz continuasse sem ser transcrito e publicado até hoje.

Durante o século XIX, acreditava-se que Zumbi era um título atribuído aos chefes palmaristas e que o último deles, juntamente com outros guerreiros, havia se jogado em um abismo, para evitar ser preso e reescravizado pelas

33. Décio Freitas, *Palmares*, 1971, 1973 e 1984.

34. Décio Freitas, *Palmares*, 1973, p. 10; 1982, p. 210.

35. Ivan Alves Filho, *op. cit.*, pp. 11-13.

36. Flávio S. Gomes, *op. cit.*, 2005 e Rômulo Luiz Xavier Nascimento, *Palmares*, 2014.

forças lideradas por Bernardo Vieira de Melo e Domingos Jorge Velho³⁷. No início do século xx, os estudiosos documentaram sua morte em uma emboscada e, aos poucos, sua figura foi se tornando central na história dos Palmares³⁸. Antes como depois, pelo gesto do suicídio que recusa a escravidão ou pela resistência tenaz vencida só à custa de uma traição, Zumbi se tornou o grande herói das lutas dos negros no Brasil. Caracterizado quase sempre como um jovem “enérgico, resoluto, [e] obstinado”³⁹, ele chegou a ser considerado o “Espártaco negro de Palmares”⁴⁰, que rejeitou qualquer acordo com as autoridades coloniais, optando por uma luta bem organizada e incansável.

Em 1978, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial elegeu Zumbi como símbolo da resistência dos escravos e o 20 de novembro, dia de sua morte, como Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil⁴¹. Desde o início dos anos 1970, a data vinha se tornando simbolicamente oposta ao 13 de maio e assim se mantém até hoje: representa a luta intrépida contra a escravidão e, por extensão, pela justiça econômica e social; a outra, a liberdade precária e sem direitos concedida pelo governo imperial em 1888, que levou a maioria dos negros no Brasil à marginalização. A cada ano, no 20 de novembro, muitos discursos e marchas contra o racismo e as restrições à cidadania dos negros podem ser ouvidos e vistos em quase todas as cidades do país. Em 1996, completando um processo iniciado no século xix, Zumbi passou a ser oficialmente considerado um herói *nacional* e não apenas uma referência para os militantes do movimento negro, já que uma lei determinou que seu nome

37. Para um balanço da história da construção da figura histórica de Zumbi, ver Andressa M. B. Reis, *op. cit.* Ver também Jean M. C. França e Ricardo A. Ferreira, *op. cit.*

38. O suicídio de Zumbi foi popularizado pela obra de Sebastião da Rocha Pita, que serviu de fonte para diversos autores nos séculos xix e xx. Documentos publicados na *RIAHA* em 1904 e 1906 e a obra de Nina Rodrigues questionaram definitivamente essa versão. Ver, a respeito, Andressa M. B. Reis, *op. cit.*, esp. cap. 3.

39. Edison Carneiro, *op. cit.*, 1958, p. 119.

40. Décio Freitas, *op. cit.*, 1973, p. 116.

41. A data foi proposta originalmente em 1971, pelo Grupo Palmares, de Porto Alegre. O Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (4 nov. 1978), designa o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Oficialmente, no entanto, o “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra” só foi instituído pela lei n. 12 519 de 10 nov. 2011. Ver, a respeito, Oliveira Silveira, “Vinte de Novembro: História e Conteúdo”, 2003 e “A Evocação do 20 de Novembro: Origens”, 2010. Para um panorama do movimento negro nesse período ver Amílcar Araújo Pereira, *O Mundo Negro*, 2013, esp. cap. 4.

fosse “inscrito no *Livro dos Heróis da Pátria* que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia”⁴². Uma biografia elaborada por Décio Freitas serviu de base para essa determinação legal, na qual se faz menção a um nome cristão atribuído a “Zumbi dos Palmares”: Francisco⁴³.

Diante dele, Gana Zumba tornou-se um contraponto, um líder que havia avaliado mal o jogo de forças, sucumbira ao peso da derrota, entrara em acordo com as autoridades pernambucanas e perdera seu prestígio⁴⁴. Desacreditado entre os seus, acabou morto numa conspiração – diminuindo seu lustro entre os historiadores e militantes do movimento negro no século xx⁴⁵. Na saga histórica dos Palmares, as negociações havidas em 1678 tornaram-se um episódio de menor importância, mencionado de forma breve, apenas para marcar uma virada na sequência dos acontecimentos: foi a partir de sua recusa em aceitar a paz acertada com as autoridades coloniais que Zumbi teria se afirmado como o grande líder dos Palmares, caracterizando-se como “o combatente mais indômito da liberdade de sua gente”⁴⁶. Nesse contexto, as negociações ocorridas em 1678 e o acordo de paz acabaram sendo apreendidos sob o signo da traição e Cucaú pôde até mesmo ser caracterizado como o “caricato anti-Palmares tão esperançosamente inventado pelas autoridades coloniais”⁴⁷.

Ao focalizar um episódio que até hoje permaneceu nas sombras, pouco conhecido e quase impopular, este livro busca outro caminho interpretati-

42. Lei n. 9.315 de 20 nov. 1996.

43. Foi Andressa Reis (*op. cit.*, p. 5) quem chamou a atenção para esse detalhe. A biografia de Zumbi começou a ser desenhada por Décio Freitas na terceira edição de sua obra (*op. cit.*, 1981, pp. 125-127) e se fixou na quinta (1984, pp. 116-118). Posteriormente, foi publicada em *Zumbi dos Palmares*, 1995. O autor nunca referenciou as fontes utilizadas, que jamais foram encontradas pelos que estudam a história de Palmares. A biografia elaborada por ele, entretanto, serviu de base para diversos autores. Ver, entre outros, Joel Rufino dos Santos, *Zumbi*, 1985 e Mary Karasch, “Zumbi of Palmares: Challenging the Portuguese Colonial Order”, 2002. Para uma avaliação da construção biográfica de Zumbi e seus impactos historiográficos e políticos ver Flávio dos Santos Gomes, *De Olho em Zumbi dos Palmares*, 2011 e Clóvis Moura, *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*, 2004, verbete “Zumbi”.

44. Gérard Police chega a afirmar que o tratado de 1678 teria sido o “pecado capital” de Gana Zumba. *Op. cit.*, p. 257.

45. Poucos historiadores dedicaram maior atenção a Gana Zumba, que chegou a ser o personagem principal do romance de João Felício dos Santos, *Ganga-Zumba*, s.d. [1962] e de um filme dirigido por Cacá Diegues em 1964, intitulado *Gangazumba*.

46. Décio Freitas, *op. cit.*, 1984, p. III.

47. *Idem*, p. 120.

vo e analítico. De certo modo, deixa o terreno das disputas politizadas pela memória dos Palmares para abrir condições para a investigação propriamente histórica: examino os eventos ocorridos no passado para compreender as ações e intenções dos homens e mulheres que os produziram e os conflitos nos quais estiveram envolvidos. Mas é mais do que isso.

Ao invés de respostas rápidas, as perguntas suscitadas por aqueles documentos copiados no códice da coleção Conde dos Arcos demandam mais vagar e reflexão para que se possa ensaiar alguma explicação. Não se trata, simplesmente, de acrescentar novos dados e completar as lacunas de uma história já tão cristalizada e que tem os olhos voltados mais para o presente do que para o próprio passado. Ao tomar como ponto de partida os termos acordados entre os filhos de Gana Zumba e as autoridades em Pernambuco em 1678 e como eles puderam ser concretizados, procuro compreender o ponto de vista dos habitantes dos Palmares e o modo como eles foram vistos e tratados pelas autoridades coloniais e metropolitanas.

Este percurso inspira-se em grande parte na tradição historiográfica que esteve presente nas obras do início do século xx sobre Palmares, mas que acabou um tanto esquecida ao longo do tempo, reaparecendo apenas recentemente. Refiro-me aqui aos autores que se preocuparam em saber quem eram aqueles que formaram os mocambos e ali viveram. Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Edison Carneiro analisaram suas características culturais e étnicas, ressaltando a presença de tradições dos bantos na organização política, social e religiosa dos Palmares⁴⁸. Como já observei, esses autores estavam preocupados em valorizar as contribuições das culturas africanas na formação do Brasil e – especialmente Edison Carneiro – viram nas raízes africanas dos Palmares os elementos fundamentais para a resistência contra a escravidão.

Nos anos 1950 essa vertente perdeu importância, aparecendo de forma confusa na obra de Mário Martins de Freitas, que comparou Palmares a um *sobado* e afirmou que seus primeiros habitantes seriam *jagas*⁴⁹. A perspectiva foi retomada com força pela jovem historiografia africanista norte-americana, em

48. Ver especialmente Nina Rodrigues, *op. cit.*, 1932 [1904], pp. 138-145; Arthur Ramos, “O Espírito Associativo do Negro Brasileiro”, 1939, pp. 122-123. Ver também Arthur Ramos, *A Aculturação Negra no Brasil*, 1942, pp. 137-140 e *O Negro na Civilização Brasileira* [1971] [1956], p. 75.

49. Mário Martins de Freitas, *op. cit.*, p. 162.

um artigo de Raymond Kent, publicado em 1965⁵⁰. Ao refutar a tese de Martins de Freitas, ele reiterou que a maioria dos habitantes dos mocambos teria vindo mais precisamente “do perímetro Congo-Angola”, e voltou a discutir a recriação de formas sociais africanas em um novo meio.

O artigo de Kent nunca foi traduzido para o português e permaneceu fora do debate historiográfico brasileiro, em que predominavam as teses que identificavam a resistência dos escravos com as lutas pela liberdade. O desenvolvimento dos estudos africanistas e as mudanças na historiografia da escravidão ao longo dos anos 1970 e 1980 abriram caminho para que o debate sobre a presença centro-africana em Palmares voltasse à tona. O cenário começou a mudar com um artigo de Stuart Schwartz, que analisou Palmares e o quilombo do Buraco do Tatu, destruído em 1763. Mesmo concordando que as formas tradicionais africanas haviam se combinado com aspectos da cultura europeia, Schwartz lançou uma hipótese que marcou a historiografia: a de que a história dos quilombos no Brasil estava conectada à do *quilombo* imbangala, que congregava grupos guerreiros na África Central⁵¹. Certamente havia grandes diferenças entre a experiência brasileira e a africana, mas a conexão sugerida por ele reabriu a senda analítica proposta pelos autores do início do século xx. Já não se tratava, porém, de simplesmente procurar por sobrevivências africanas nos atos de resistência dos cativos, como buscavam aqueles estudiosos, mas de compreender como a presença de elementos africanos podia ser compatível com a diversidade étnica dos cativos.

A partir de então, a tese de Schwartz foi muitas vezes mencionada pelos historiadores dos Palmares, agregando-se à prevalência das interpretações militantes de Décio Freitas; não gerou, porém, novas investigações ou discussões sobre as origens dos habitantes dos mocambos. Ao contrário. O historiador norte-americano Robert N. Anderson entrou no debate, para contestar Schwartz e afirmar que Palmares possuía uma cultura fortemente “crioulizada” (ou afro-brasileira)⁵² – ponto de vista muito semelhante ao das pesquisas ar-

50. Raymond K. Kent, “Palmares: An African State in Brazil”, 1965, pp. 161-175.

51. Stuart B. Schwartz, “Repensando Palmares: Resistência Escrava na Colônia”, 2001 [1992], pp. 213-255. Uma primeira versão parcial deste artigo foi publicada com o título “Mocambos, Quilombos e Palmares: A Resistência Escrava no Brasil Colonial”, 1988.

52. Robert N. Anderson, “The *Quilombo* of Palmares: A New Overview of a Maroon State in Seventeenth-century Brazil”, 1996, pp. 553-562.

queológicas feitas nos anos 1990, que defenderam a existência de uma comunidade multiétnica em Palmares⁵³.

Assim, mais uma vez, as raízes africanas dos Palmares foram esquecidas e a historiografia brasileira continuou a enfatizar a criouliização ou a reinvenção das várias “faces africanas” em Palmares, ou a conectar sua história à saga da resistência escrava em perspectiva nacional, hemisférica ou atlântica⁵⁴. Em 2008, aquela tradição historiográfica foi retomada por John K. Thornton, em novos termos⁵⁵. Recusando qualquer influência imbangala, ele defendeu que a organização política dos Palmares teria se inspirado nas estruturas militares angolanas, criando “uma formação política de um tipo novo”⁵⁶. Este livro segue caminhos parecidos, ao revisitar essa abordagem e lhe dar novos contornos.

As negociações entre Gana Zumba e o governo de Pernambuco em 1678, e todas as circunstâncias que as precederam e a elas se seguiram, estão no centro da análise aqui empreendida. Começo prestando atenção ao modo como senhores de engenho, soldados, autoridades pernambucanas, membros do Conselho Ultramarino e da Corte portuguesa se posicionavam contra os mocambos, em várias conjunturas. Essa gente tinha avaliações e prioridades diversas, defendendo estratégias divergentes em relação a Palmares, entre elas a possibilidade de ajustar a paz. O capítulo 1 se ocupa em destrinchar o contexto no qual o acordo de 1678 foi feito, quais suas implicações e como as diferentes instâncias da administração colonial se situaram diante dele. Ele abre este livro pois permite compreender o modo como foi registrado e apreendido pelos contemporâneos.

A percepção que tinham sobre Palmares e seus habitantes oferece uma chave analítica importante, explorada no capítulo 2, por meio do diálogo com

53. Há diferentes posições e nomenclaturas entre os arqueólogos que realizaram escavações em Palmares, mas todos tendem a acentuar a pluralidade étnica dos habitantes dos mocambos. Ver, por exemplo, Pedro Paulo de A. Funari, “A Arqueologia de Palmares. Sua Contribuição para o Conhecimento da História da Cultura Afro-americana”, 1996; Scott Joseph Allen, “A ‘Cultural Mosaic’ at Palmares? Grappling with Historical Archeology of a Seventeenth-century Brazilian Quilombo”, 1998; Charles E. Orser Jr. e Pedro P. A. Funari, “Archaeology and Slave Resistance and Rebellion”, 2001.

54. Para uma síntese dessa última perspectiva, ver Flávio S. Gomes, *op. cit.*, 2005. Ver também Joseph C. Miller, “Restauração, Reinvenção e Recordação: Recuperando Identidades sob a Escravidão na África e Face à Escravidão no Brasil”, 2011, esp. pp. 37-39.

55. John K. Thornton, “Les états de l’Angola et la formation de Palmares (Brésil)”, 2008.

56. *Idem*, p. 797.

a vertente historiográfica que discutiu as origens africanas dos Palmares e com obras que trataram de outros acordos de paz feitos por fugitivos nas Américas. O balanço bibliográfico permite recontextualizar as negociações havidas em 1678 e a própria história dos Palmares, ressaltando a relevância de uma abordagem política da presença de gente africana escravizada no Brasil e nas Américas e dos significados que tiveram no modo como se armou o domínio colonial nas duas margens do Atlântico.

Para seguir adiante, é preciso saber quem eram os habitantes dos mocambos. É disso que se ocupa o capítulo 3. Depois de avaliar as dimensões populacionais e territoriais dos Palmares, a análise focaliza a proveniência dos africanos que aportaram como escravos em Pernambuco. A partir do final do século xvi, uma verdadeira “onda angolana”, como a chamou Thornton, trouxe milhares de escravos de Luanda para as Américas⁵⁷. Isso deu grande homogeneidade à população escrava no Brasil e em Pernambuco e aos fugitivos que se reuniram nos palmares da capitania ao longo de quase um século. Seus valores e modos de ver o mundo orientaram suas ações na sociedade escravista em que tiveram de sobreviver – e precisam ser mais bem conhecidos. Nesse e no capítulo anterior estão as principais referências historiográficas e informações que permitem analisar o ponto de vista dos habitantes dos Palmares e compreender os prováveis motivos que levaram Gana Zumba a fazer um acordo com as autoridades coloniais em 1678.

Aquela não foi a primeira nem a última vez que a possibilidade de um ajuste de paz se colocou, como se verá ao longo de todo este livro. Mas foi a única que se concretizou. O capítulo 4 se dedica a descrever a instalação dos habitantes dos Palmares em Cucaú, os problemas enfrentados na aplicação das cláusulas acordadas, a destruição da aldeia e os debates que a reescravização dos que ali estavam suscitou em Lisboa. Nele são discutidos os interesses e as motivações dos que seguiram Gana Zumba e dos que decidiram permanecer nas matas de Pernambuco, bem como o debate entre as autoridades que tiveram de lidar com os dilemas colocados pelos termos do acordo e por seu fracasso.

O capítulo 5 dá continuidade a essa análise, ao abordar a entrada dos paulistas na guerra contra os mocambos. Eles representavam uma alternativa muito acalentada, mas que se revelou demorada, bem menos eficaz e, principal-

57. Ver Linda M. Heywood e John K. Thornton, *Central Africans, Atlantic Creoles*, 2007, pp. ix e 39-42.

mente, deu origem a contendas que se estenderam por anos a fio. As fontes que registram as várias expedições contra os Palmares e as disputas em torno do contrato celebrado com os paulistas fornecem mais informações sobre os habitantes dos Palmares e sobre seu destino depois de capturados pelos soldados. Por meio delas ainda é possível ouvir os últimos ecos do que fora acordado em 1678, tópicos que continuaram a ser respeitados mesmo depois da destruição de Cucaú, para finalmente desaparecer nos anos 1690.

O caminho percorrido para compreender as múltiplas dimensões do acordo de paz de 1678 implicou revisitar toda a história dos Palmares. A pesquisa foi vasta. Escolher um episódio praticamente esquecido e, aparentemente, pouco documentado, me fez constatar que a narrativa histórica sobre Palmares, apesar de muito frequentada, esteve até hoje assentada em um conjunto relativamente restrito de fontes. Com certeza muitos historiadores frequentaram os arquivos, mas a esmagadora maioria concentrou suas análises em alguns textos fundamentais, transcritos e publicados ao longo dos séculos XIX e XX. Quando me ocupei pela primeira vez dos Palmares, fiquei surpresa ao descobrir novos documentos sobre um dos episódios mais importantes da história do Brasil. Em 1995, ao fazer o levantamento bibliográfico preparatório para um artigo sobre a política colonial em relação aos fugitivos⁵⁸, encontrei, entre os livros da biblioteca de minha universidade, os originais de uma obra de Ernesto Ennes que nunca chegou a ser publicada, com a transcrição de 93 manuscritos inéditos sobre Palmares⁵⁹.

58. Sílvia Hunold Lara, “Do Singular ao Plural: Palmares, Capitães-do-mato e o Governo dos Escravos”, 1996, pp. 81-109.

59. Ernesto José Bizarro Ennes foi responsável pela Seção Ultramarina da Biblioteca Nacional de Portugal, que deu origem ao Arquivo Histórico Colonial, depois chamado Ultramarino. Desse acervo, selecionou documentos que julgou “interessantíssimos” para elucidar o período “da extinção dos Palmares” e publicou, em 1938, uma coletânea intitulada *As Guerras nos Palmares (Subsídios para a sua História)*. Domingos Jorge Velho e a “Troia Negra”, 1687-1700. O frontispício indica ser este o primeiro volume e a lista de obras do autor menciona que o segundo estava em preparação, devendo se chamar *As Guerras nos Palmares. Os Primeiros Quilombos*. O título da obra que encontrei é *Os Primeiros Quilombos (Subsídios para a sua História)* e traz indicações de que seria publicada por meio de um “Fundo de Divulgação de Documentos Históricos do Arquivo Público do Estado de Pernambuco”, recém-criado. Os originais foram encaminhados a Hélio Vianna para a redação do prefácio, em 1951, e passaram a integrar a biblioteca deste historiador, que foi adquirida pela Unicamp em 1973-1974, no processo de formação da biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Mais espantoso do que encontrar novas fontes em uma primeira aproximação do tema, numa biblioteca universitária brasileira, é constatar que as escolhas feitas pelos que organizaram as coletâneas documentais nunca foram questionadas ou investigadas pelos estudiosos. Na obra de 1938, por exemplo, Ennes transcreveu uma certidão assinada por Domingos Jorge Velho dois dias depois da destruição da grande “cerca” no outeiro do Barriga, que atestava os serviços prestados pelo capitão Antônio Pinto Pereira⁶⁰. Mas deixou de lado mais de três dezenas de documentos que estão no mesmo dossiê, no Arquivo Histórico Ultramarino, juntados para fundamentar um pedido de mercê feito pelo capitão; alguns descrevem detalhes de expedições a Cucaú nos anos 1680 e outras batalhas contra os mocambos. Impressa, a seleção feita pelo compilador se manteve incólume, sem que os documentos restantes do dossiê tenham sido alguma vez utilizados pelos que trataram da história dos Palmares⁶¹.

O inexplicável distanciamento dos arquivos pode causar problemas ainda mais graves. Ao iniciar a pesquisa para este livro, percebi que os originais da famosa “Relação” de 1678, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* em 1859⁶², nunca haviam sido novamente consultados. Todos os que estudaram Palmares, no entanto, recorrem a essa versão impressa para descrever as características dos mocambos, dar nome a seus líderes, narrar o episódio do acordo de paz. Outro texto bastante utilizado foi publicado na mesma revista em 1876: uma “memória”, escrita por Pedro Paulino da Fonseca, explicitamente baseada em um manuscrito pertencente à Biblioteca Pública de Évora⁶³. Foi preciso localizar e ler o original da publicação feita em 1859, guardado no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, e compará-lo com o existente em Évora para concluir serem versões que registram o processo de escrita do mesmo texto. O cruzamento com sermões manuscritos do padre

60. Certidão de Domingos Jorge Velho de 8 fev. 1694, AHU_ACL_CU_015, Cx. 19, D. 1863, anexo 28. Publicada por Ernesto Ennes, *Os Palmares*, 1937, pp. 63-64 e *As Guerras nos Palmares*, 1938, pp. 200-201.

61. O dossiê chegou a ser consultado por Dimas Bezerra Marques que, com outros interesses de pesquisa, não explorou as informações sobre as batalhas contra Palmares. Ver, do autor, *Pelo Bem de meus Serviços, Rogo-lhe esta Mercê*, 2014.

62. “Relação das Guerras Feitas aos Palmares de Pernambuco no Tempo do Governador Dom Pedro de Almeida de 1675 a 1678”, 1859.

63. Pedro Paulino da Fonseca, “Memória dos Feitos que se Deram Durante os Primeiros Anos de Guerra com os Negros Quilombolas dos Palmares, seu Destroço e Paz Aceita em Junho de 1678”, 1876.

Antônio da Silva permitiu atribuir-lhe autoria, confirmada por pesquisas posteriores que também abriram a possibilidade de conhecer mais detalhadamente o contexto em que foi produzido. A colação dos manuscritos com outros documentos administrativos do mesmo período levou a alterar a notação dos nomes de mocambos e das lideranças dos Palmares que haviam sido mal transcritos na publicação do século XIX e repetidos, sem muito critério, pela historiografia⁶⁴.

Esses exemplos são suficientes para sustentar a necessidade de uma imersão profunda nos acervos documentais e de lidar, sempre que possível, com os originais – ou com as cópias manuscritas mais próximas deles ou do momento de sua produção. Certamente, ao consultar novos documentos, como os que estão registrados nos códices da coleção Conde dos Arcos, é fácil encontrar novidades. Mais importante que isso, no entanto, é o modo de ler as fontes. Diferentemente da pesquisa realizada pela maioria dos estudiosos dos Palmares, aqui, as transcrições publicadas serviram de ponto de partida para localizar outros manuscritos. Além de recuperar grafias originais, elucidar passagens que foram truncadas e precisar datas, o procedimento permitiu (além das descobertas) ler as fontes em seu contexto narrativo e arquivístico⁶⁵.

Nas últimas décadas, vários autores têm ressaltado a necessidade de levar em conta o contexto institucional de produção de cada peça documental, as intenções do autor, os termos empregados na descrição dos eventos e na qualificação das pessoas, e as traduções linguísticas e culturais operadas em cada texto⁶⁶. Todo um campo novo de indagações tem se aberto com o aprofundamento da análise dos recursos narrativos em ação nas fontes históricas: além dos processos de construção dos textos, tem se considerado também as condições da escritura, o destino dessas peças textuais e o modo como foram lidas na época em que foram produzidas⁶⁷. Não se trata de deslocar o objeto da investigação para adentrar nos terrenos da história da leitura ou da bibliografia,

64. Para mais detalhes ver “Notas Explicativas”, itens 2 e 3, respectivamente pp. 386-392 e 392-398.

65. Por isso e tendo em vista as disparidades entre as várias transcrições publicadas e os manuscritos consultados, optei por referenciar nas notas, sempre que possível, os documentos originais. A documentação que menciona Palmares pode ser consultada por meio da Base de Dados *Documenta Palmares* em: <https://www.palmares.ifch.unicamp.br/>.

66. Dentre vários autores, destaco Robert Darnton, “Primeiros Passos para uma História da Leitura”, 1990 e Roger Chartier, “Textos, Impressão, Leituras”, 1992.

67. Para um balanço dos debates e principais temas abordados pela história da leitura, ver André Belo,

mas a atenção a esses elementos permite aprimorar o exame dos documentos que temos à nossa disposição, com resultados bem interessantes.

Assim, este livro não apenas parte de documentos praticamente esquecidos e empreende um percurso analítico informado por tradições historiográficas menos valorizadas a fim de incorporar o ponto de vista dos escravos na história da escravidão – e dos habitantes dos Palmares na história dos mocambos –, como também realiza uma análise eminentemente *histórica*. É com base em um levantamento documental exaustivo e prestando atenção aos detalhes oferecidos pelas fontes que empreendo o diálogo com a historiografia e com as interpretações sobre a história dos Palmares e do acordo de paz entre Gana Zumba e as autoridades coloniais, e discuto seus significados – no passado e no presente. Por isso, este também é um livro sobre o ofício do historiador.

Por tocar em um tema sensível e de grande interesse para os movimentos sociais, não deixo de lado a política. Não me furto ao debate, mas permaneço no terreno da história. Como veremos, a análise rapidamente se afasta da simples oposição entre escravidão e liberdade ou entre composição com as forças coloniais e resistência heroica, para mergulhar na cultura política da segunda metade do século xvii. Não apenas na cultura política das autoridades coloniais e dos senhores de engenho e moradores de Pernambuco, mas especialmente naquela dos centro-africanos escravizados que fugiram para as matas cheias de palmeiras da capitania. Para isso, foi preciso deixar de focalizar apenas a história dos Palmares para buscar os nexos que ligavam a experiência de muitas pessoas diferentes do ponto de vista social, cultural e político na África Central, no Brasil e em Portugal. Tal alargamento de questões faz com que os eventos de 1678 constituam, aqui, o ponto de partida empírico de uma investigação sobre as políticas de dominação adotadas pelos portugueses nas terras ultramarinas e o modo como os habitantes desses territórios ocupados reagiram a elas. Assim, o livro trata também do que costumamos chamar, genericamente, de domínio colonial.

Relacionando textos e contextos, multiplicando perguntas e procurando iluminar a leitura dos manuscritos por meio do diálogo com a historiografia, é possível compreender os termos utilizados nos documentos copiados

História & Livro e Leitura, 2002. Para a produção e a circulação dos manuscritos nos séculos xvi e xvii, ver especialmente Fernando Bouza, *Corre Manuscrito*, 2001.

no códice da coleção Conde dos Arcos e entender as ações dos homens que os produziram ou vão ali mencionados e os significados que as negociações ocorridas em 1678 tiveram para eles. O percurso implica não apenas considerar a escravidão, mas sobretudo as escolhas que os diversos sujeitos históricos fizeram diante dela, na segunda metade do século xvii. Desse modo, é possível revisitar a própria história dos Palmares e, ao encontrar muitos outros episódios em que se tentou negociar a paz, antes e depois de 1678, redimensionar as interpretações feitas até agora sobre a formação e a longa permanência dos mocambos nas matas de Pernambuco.

Por tudo isso, esse livro pode ser tanto um exercício de análise dos quatro documentos mencionados nas páginas iniciais quanto um estudo sobre os processos da dominação escravista no Brasil da segunda metade do século xvii e da experiência daqueles que a enfrentaram e buscaram caminhos alternativos. Ao pretender ser as duas coisas ao mesmo tempo, é também uma oportunidade para discutir os procedimentos da análise histórica e os desafios dos que esquadrinham os arquivos na tentativa de articular historicamente o passado, enfrentando seus perigos. Só assim é possível aprender com as escolhas feitas pelos homens e mulheres que viveram em Palmares e, nelas, encontrar as “centelhas da esperança” que podem alimentar as lutas contra os inimigos do presente.

Ainda que o percurso seja talvez um pouco longo, será trilhado com vagar e levará a lugares distantes, como Angola e México, acompanhando a volumosa documentação localizada e as novidades que ela traz. Como esta Abertura já vai demorada, só me resta então esperar que a viagem seja interessante e convidar o leitor a, gentilmente, me acompanhar.